

Regimento fica mesmo para 88

ANC 88

Pasta 11 a 20

Dezembro/87

173

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um novo impasse nas negociações entre o Centrão e as esquerdas impediu ontem a votação do regimento interno da Constituinte. Mais uma sessão foi convocada para hoje pelo presidente Ulysses Guimarães, mas nem ele nem os líderes acreditam que o regimento seja definido ainda este ano.

"Isto acaba virando palhaçada. Tudo que conseguimos com trabalho e organização, demonstrando em votos nossa maioria, as esquerdas querem anular através de acordo." Ode-sabafo, do deputado Gastone Righi, refletiu a irritação do Centrão diante da proposta — considerada "absurda" — dos partidos de esquerda. Eles querem a preferência automática, sem votação, para os pedidos de destaque, passando por cima da necessidade de um mínimo de 280 assinaturas para cada proposta.

"Preferência automática para o Centrão é palavra", disse o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos principais líderes do grupo. Se as esquerdas mantiverem sua disposição de pressionar pelo dispositivo, há consenso de que o regimento não será votado na sessão de hoje. Ulysses Guimarães chegou a conversar ontem separadamente com as lideranças de todos os partidos e depois reconheceu que "agora, só a força".

Também de nada adiantou a tentativa do Centrão de dialogar. O grupo propôs o período de 4 a 11 de janeiro para a apresentação de emendas; em cada capítulo haveria prioridade de pedidos de preferência para os partidos com mais de 15 constituintes e uma, em rodízio, para as demais agremiações. Os requerimentos de destaque para votação em separado poderiam ser subscritos por 140 constituintes e cada um deles poderia apresentar individualmente cinco emendas e oito destaques à matéria a ser votada.

A proposta do Centrão, no entanto, não foi sequer apreciada. O líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio, preferiu justificar que "só se pode ceder até certo ponto". Uma opinião que, segundo Gastone Righi, serve para manter o impasse na Constituinte. Ele acha que as esquerdas querem jogar a culpa do atraso dos trabalhos constitucionais no Centrão, na tentativa "ingênua" de impor um acordo que beneficiaria as minorias derrotadas no voto.

"Não aceitamos isso e estamos dispostos a permanecer em Brasília para complementar a alteração do regimento", disse Righi, para quem as esquerdas complicam, mas nem estão presentes em número suficiente para a votação. "Iam perder amanhã (hoje) como perderão no dia 4 de janeiro", disse. Já o deputado Marcus Lima explicou que o Centrão tem dificuldade para costurar o acordo porque o grupo não tem porta-voz ou líder credenciado para decidir em nome de todos.



Roque Sá

Cardoso Alves diz que críticas excessivas ao Centrão só dificultam o acordo final

Centrão condena excessos do PT

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais articuladores e líderes do Centrão, advertiu, ontem, dentro do plenário, o deputado José Genoíno (PT-SP), de que a esquerda está prejudicando a busca de entendimentos com discursos violentos de condenação ao Centrão.

A conversa dos dois, travada rapidamente no plenário vazou da sessão de ontem (onde não houve quórum para nenhuma deliberação, pois estavam "na casa" apenas 238 constituintes, quando seriam necessários no mínimo 280), chamou a atenção pelo tom incisivo com que Roberto

Cardoso Alves falou com Genoíno, que ficou numa atitude defensiva.

Mas, ao contrário de situações anteriores de confronto do Centrão com a esquerda, não houve briga: ao final do diálogo áspero os dois abraçaram-se e rumaram para cantos diferentes do plenário. Roberto Cardoso Alves lembrou a José Genoíno que o próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já advertira anteriormente o deputado Plínio de Arruda Sampaio para o fato de que os discursos deveriam ser mais moderados, para não aprofundar os conflitos e evitarem-se brigas.

Cardoso Alves encontrava-se no plenário acompanhando o pinga-fogo quando o deputado José Genoíno

no subiu à tribuna e passou a atacar o Centrão. Irritado, Cardoso Alves deixou o plenário reclamando do tratamento de seu colega e dirigiu-se ao gabinete do deputado Ulysses Guimarães, a fim de exigir que os discursos fossem menos inflamados e agressivos, conforme combinado anteriormente, para que se implantasse um clima propício para o acordo. "Se as esquerdas pretendem um acordo, com a maioria, que é o Centrão, é preciso que os discursos criem um ambiente propício. Os ataques sistemáticos exacerbam resistências a qualquer tipo de conversa" — disse ele, acrescentando que tal recomendação já havia sido feita por Ulysses ao deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Cardoso Alves espera vitória contra esquerda

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse ontem que o Centrão vai conseguir restabelecer a força da maioria na Assembléia Nacional Constituinte, contra as propostas apresentadas pelos radicais de esquerda, que desejam uma Constituição que não represente a verdadeira aspiração do povo brasileiro. Para o parlamentar paulista, "os radicais, sabidamente, lançaram mão de todos os meios, legítimos e ilegítimos, para alcançar seus objetivos e, embora tenham conseguido vitórias na tendenciosa Comissão de Sistematização, sairão derrotados do plenário da Assembléia Nacional Constituinte".

Após condenar com veemência a convocação de eleições diretas em 1988, aprovada pela Comissão de Sistematização, o deputado Roberto Cardoso Alves declarou que tal proposta "desobedece ao texto da Constituição em vigor e este Congresso constituinte não tem força para tanto porque ele nasceu da mesma lei". O parlamentar acrescentou que "a soberania da Constituinte não pode prevalecer sobre o direito estabelecido pela Carta vigente".

Na sua opinião, a realização de eleições em 88 é impossível porque "os trabalhos constituintes entrarão por alguns meses do ano que vem". Depois, prosseguiu, "virão os debates e votações das leis complementares e ordinárias, que operacionalizarão o texto constitucional e, além disso, os Estados estarão votando suas Constituintes". Roberto Cardoso Alves afirmou que a crise pela qual o País passa hoje parece que perdurará pelo próximo ano e a realização de eleições só serviria para agitar ainda mais o País e até impedir a sua governabilidade. Ele lembrou que "as duas comissões temáticas de sistema eleitoral e de sistema de governo deram ao presidente da República um mandato de cinco anos e a Comissão de Sistematização, que deveria apenas compatibilizar as matérias votadas, foi além das suas atribuições ao reduzir, num gesto odioso, o mandato para quatro anos". Segundo o parlamentar, tais artifícios serão tentados novamente, mas ele crê numa vitória da maioria, fixando o mandato para cinco anos.

Ao analisar a atuação da esquerda na Assembléia Nacional Constituinte, Roberto Cardoso Alves pon-

derou terem os problemas maiores começado "com o arbítrio dos líderes na escolha, a seu critério, dos membros das comissões e subcomissões temáticas". Para ele, essa situação se perpetuou quando foi definida a Comissão de Sistematização, pois relatórios totalmente vencidos nas primeiras etapas conseguiram, por meio de absurdos jurídicos, subir para esta última comissão. "Um despropósito político. Todos da Comissão de Sistematização eram de esquerda. Esta comissão foi escolhida a dedo e a lupa pelo líder de meu partido", afirmou ele.

Para Roberto Cardoso Alves, o relator da Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), "compôs um texto como se ele fosse o único membro da Assembléia Nacional Constituinte. Obedeceu à liderança de esquerda e nada cumpro conosco. Seu projeto devido a uma esdrúxula e absurda interpretação do regimento interno, foi contra a maioria absoluta dos constituintes, que irão agora para o plenário fazer valer as suas idéias. "O Centrão, disse ele, veio por cabo a esta inversão incrível e, com as modificações introduzidas no regimento, só irão para o texto constitucional as teses que tiverem 280 votos a seu favor." Cardoso Alves concluiu dizendo que "o Centrão, assim, restabelece a verdade democrática, a força da maioria, o princípio de soberania do plenário".

PRESSÃO

Roberto Cardoso Alves foi procurado ontem pelo deputado Mauro Miranda, do PMDB de Goiás, que, frisando "não ser um constituinte famoso", pediu-lhe que o Centrão e as esquerdas façam o acordo em torno do regimento, pois a repercussão do impasse na opinião pública "tem sido a pior possível". "Sou de primeiro mandato e não consigo entender o que se passa aqui: os dois lados afirmam querer o acordo, mas não se entendem", reclamou, secundado pelo deputado Naphtaly Alves, também do PMDB goiano.

"Vão falar com o dr. Ulysses e digam que querem o acordo de qualquer jeito. Nós também queremos, mas as esquerdas querem complicar", foi a resposta que ouviram do parlamentar paulista, que, considerando ter a interpelação dos dois goianos dado a entender que o acordo não saía por sua causa, explicou a ambos os entraves que se interpuseram entre os grupos.

Na tribuna, uma oração pelos bispos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Peço ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, que formam a Santíssima Trindade, que, pelo amor de Deus, iluminem esses homens que se dizem bispos para que deixem de ser vigaristas da CNBB para serem vigários de Cristo." Esse apelo, em tom dramático e ma espécie de oração, foi feito pelo líder do PDS na Câmara, Amaral Neto (RJ) — com as mãos para o alto —, da tribuna à direita do plenário, ontem à tarde, ao criticar, mais uma vez, a nota com a qual a Seccional do Rio de Janeiro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou, na segunda-feira, a atuação do Centrão na Constituinte.

Amaral Neto começou seu discurso de forma agressiva, afirmando que a nota representa "uma canalhice da CNBB" e passou a definir o que, no seu entender, é canalhice ou tipifica um canalha, lembrando que antes de ele ter chamado o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, de canalha, foi a CNBB a definir o Centrão como um grupo formado por canalhas. "O que é um canalha? O canalha é o ladrão, o traidor, o que se vende, o que não tem caráter. A nota da CNBB afirma que nós estamos tentando traír o povo na futura votação do plenário e, em certo ponto, afirma que o Centrão está agindo de forma traiçoeira. Se isso não é nos chamar de canalhas, quero saber o que significa", afirmou.

O líder do PDS referiu-se à conversa que o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), do Centrão, teve na terça-feira com dom Luciano Mendes de Almeida, e na qual o presidente da CNBB garantiu que a nota da entidade no Rio de Janeiro não teve inspiração sua nem foi por ele apoiada. "Se é verdade o que dom Luciano disse", afirmou Amaral Neto, "que a nota foi elaborada por um assessor da CNBB, nós gostaríamos de saber qual foi a punição dada a esse assessor ou se há ou não, finalmente, endosso da CNBB ao conteúdo".

Da Tribuna, Roberto Cardoso Alves fez um relato sobre o encontro com dom Luciano Mendes de Almeida. Ele disse ao bispo que estranhava a nota da CNBB, e não entendia como a entidade condenava o Centrão sem conhecer suas idéias.

A esperança fica para o novo ano

Decepção e esperança. Foram as reações mais comuns com os trabalhos da Constituinte, que recomeçam só no ano que vem, sem a votação, neste ano, do regimento interno. A culpa foi da Comissão de Sistematização, dizem alguns juristas. "O ideal seria adotarmos a Carta de 46", afirmam, e com isso concordam empresários e vários especialistas no assunto. Todos vendo no ano que agora termina só decepção, mas aguardam um 88 melhor.

O professor Miguel Reale disse que o Estado foi quem perdeu com os problemas todos da Constituinte: "A essa altura dos trabalhos, fazemos votos para que no primeiro trimestre de 1988 possamos votar uma nova Carta constitucional". O ano foi "melancólico" em sua opinião, e tudo porque "prevaleceu no texto aprovado pela Comissão de Sistematização a vontade de um purismo naturalista e estatizante".

"Por outro lado — prosseguiu Miguel Reale —, apesar de tudo confortamos-nos ao verificar que a maioria dos constituintes soube impor a sua vontade, reabrindo o estudo da matéria mediante a apresentação de emendas que poderão dar ao Brasil se não uma Constituição ótima, pelo menos em estatuto político razoável, capaz de atender às reais aspirações do País".

EMPRESÁRIOS

O empresariado também acompanhou os trabalhos constituintes com muito interesse. A Fiesp designou o primeiro tesoureiro, Ruy Althenfelder Silva, para verificar de perto todo o desenrolar do que se discutiu em Brasília. Ruy Althenfelder acha que houve aspecto positivo. "Foi restabelecido assim o espírito de negociação." Esse trabalho coube inicialmente, em seu entender, ao

Grupo dos 32, iniciado pelo senador José Richa (PMDB-PR), depois institucionalizado pelo Centrão. "O Centrão impôs regras democráticas do movimento interno da Comissão de Sistematização que fez prevalecer a decisão da maioria, e isso é um fato positivo."

Mas, segundo Ruy Althenfelder, houve aspectos negativos: "O mais preocupante foi não se ter chegado a entendimento. Pode haver impasse, o chamado buraco negro. Precisa-se de 260 votos para obter maioria absoluta e aprovar normas da Comissão de Sistematização e 280 para aprovar emendas. Em casos polêmicos como o sistema de governo teria de se obter maioria para aprovação. Mas, nós que acompanhamos os trabalhos dos constituintes sabemos que dentro de alguns dias haverá acordo de liderança, e no dia 4 de janeiro a apresentação de emendas e de destaques".